

GOLPISTA SÓ GOVERNA A BASE DE BOMBAS



Milhares de manifestantes dia 29 em Brasília, contra a PEC 55, são recebidos com violência

ABAIXO A REPRESSÃO! FORA TEMER!

Juventude

Estudantes vão a Brasília
na luta contra a PEC 55
pág. 2

Crise nos estados

Pacto com Temer/Meirelles
vai agravar situação
pág. 10

Cuba

Da revolução de 1956
à situação atual
pág. 11

Milhares de jovens contra a PEC 55

PM reprime manifestação em Brasília após ação de provocadores

As ocupações pelo país contra os ataques do governo golpista Temer pressionaram as entidades estudantis a convocar a caravana do dia 29 de novembro, dia da primeira votação no Senado da PEC 55.

Centenas de ônibus dos quatro cantos do Brasil trouxeram jovens com muita disposição de lutar, lotando a Esplanada dos Ministérios.

A Juventude Revolução estava em peso, se somando à unidade de um lindo ato, antes da repressão, e teve uma organização importante para garantir a integridade dos manifestantes que estavam em sua coluna quando iniciou um confronto.

A PM, que age com truculência para reprimir as manifestações, teve no ato o incentivo perfeito para entrar em ação.

Os black blocs, assim que a manifestação ocupou o gramado do congresso nacional, decidiram virar um carro e arremessar contra a polícia coquetéis molotov iniciando o confronto.

Imediatamente começou uma



Coluna da Juventude Revolução, dia 29 em Brasília

chuva de bombas de efeito moral e spray de pimenta, fazendo dispersar a mobilização nacional, não permitindo que o ato durasse sequer vinte minutos em frente ao Congresso.

A ação dos black blocs é um ataque à democracia e ao movimento. De forma autoritária esse grupo decide, se autoproclamando líderes, quando e como atacar a polícia deixando os resultados desse confronto para os

manifestantes que estão presentes.

Ficou provado durante o ato que ação desse tipo é destrutiva para o movimento, ela serviu de pretexto para a PM baixar a repressão, e os 61 senadores votarem a PEC que congelará os investimentos públicos em saúde e educação.

Nesse momento, mais do que nunca, devemos continuar, com nossas entidades, organizando a resistência,

rumo ao segundo turno da votação no Senado no dia 13 de dezembro. E estarmos atentos para preservar as próximas mobilizações da ação de provocadores.

Seguiremos resistindo. Não queremos Temer, não queremos a PEC 55 e nenhum direito a menos!

Sarah Lindalva

Na Cidade de Deus, população enfrenta situação de guerra

Uma guerra se instaurou na Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, desde o sábado 19. As polícias civis e militares realizam constantes operações ocupando, por tempo indeterminado a comunidade. Os tiroteios são frequentes. As primeiras vítimas foram sete jovens, encontrados mortos, alguns decapitados, no fim de uma operação do BOPE no dia 20, feriado do dia da consciência negra.

Os parentes das vítimas e os moradores que os encontraram falam em execução. Os familiares afirmaram ainda, após identificação no IML, que haviam tiros na nuca.

Os corpos foram resgatados por moradores que já suspeitavam que estavam numa mata. Mas os polícias impediram o acesso ao local, inclusive atirando contra os familiares.

As operações na Cidade de Deus foram determinadas pela cúpula de segurança do estado após a queda de um helicóptero da PM na Cidade de Deus, o que resultou na morte de quatro policiais. Até o momento, as investigações apontam que a maior chance é que tenha havido uma pane, já que não há marcas de tiros nem nos policiais, nem no helicóptero.

Enquanto isso, a população que mora na Cidade de Deus fica à mercê dos tiros. Escolas fechadas, trabalhadores impedidos de se locomover. Em entrevista ao El País, uma mãe explica que mandou o filho, de 18 anos, para a casa do pai: "Ele é negro, jovem, eu falo para ele sair com documento sempre, mas tenho medo. E se a polícia der um tiro no meu filho?"

Novamente, a militarização da polícia cobra seu preço, avançando no genocídio da juventude negra nas favelas do Rio.

Ministro e Juiz prestigiam fascistas

MBL faz congresso e orienta mais confrontos contra ocupações

O Movimento Brasil Livre, que vem atacando os estudantes das escolas ocupadas no Paraná e tentou organizar atos de desocupação em outras universidades, realizou nos dias 19 e 20 de novembro um congresso. O militante tucano, travestido de Ministro do Supremo Tribunal Federal e atualmente presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, e o ministro da Educação do governo golpista, Mendonça de Barros, foram prestigiar o evento.

Depois de dias de ameaça contra os estudantes que ocupavam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em Curitiba, com rojões, pedras e tentativas de invasão, na noite do dia 22 de novembro, cerca de 20 homens agrediram com chutes, pontapés e tapas quem estava em frente ao portão da universidade, durante a desocupação feita pela PM que no momento das agressões não fez nada. Depois os revistou e encontrou facas, pedras, bombas caseiras, entre outros itens. Após a identificação e revista, a PM os liberou. Essa ação foi organizada pelo MBL e reflete a principal decisão de seu congresso: organizar ações de "desocupa" nas universidades, através de confronto "imediato, intenso e em várias frentes" com os estudantes.

O jornalista Guilherme Fiuza presente nesse congresso considerou

"insuficientes" os atos violentos até aqui contra os estudantes que ocupam contra a PEC 55, e a Medida Provisória 746, que reforma o ensino médio. "Esse movimento de escolas tem de ser confrontado de maneira muito mais intensa e em outras frentes. Não se pode esperar esse movimento murchar", afirmou.

Ministros prestigiam esse grupo fascista e a PM protege seus ataques.

Golpistas animam MBL e que tais

As ações do MBL, por enquanto, se concentram contra os estudantes. Mas, sob o patrocínio de golpistas, eles podem pretender ir mais longe.

A incitação à violência e a ameaça contra estudantes, inclusive adolescentes, promovida pelo MBL, é legitimada por Mendonça Filho que, ovacionado no congresso aos gritos de "Desocupa! Desocupa!", elogiou a parceria com o MBL.

Gilmar Mendes, foi lá para dizer que com o impeachment, ficou com um "duplo sentimento". De felicidade pelo Brasil ter "conseguido superar essa grave situação de desordem institucional" - e de frustração - porque "demoramos muito para identificar essas mazelas".

O tal congresso, onde foi defendida a PEC 55, inclusive por Gilmar Mendes, discutiu que é "preciso acabar com os sindicatos que sus-

tentam o PT".

O MBL é um movimento fascista que ganhou muito espaço na mídia durante os atos pelo impeachment, usando o discurso de combate à corrupção. Seu aliado de primeira hora foi Cunha, de quem depois quiseram se descolar quando ele estava prestes a cair.

O MBL e grupos como o Vem Pra Rua, que se dizem espontâneos, são forjados. Essa acusação quem faz é Daniela Schwery, uma das primeiras manifestantes a conchamar a população a ir para às ruas "contra a ditadura comunista que seria a reeleição de Dilma".

Que os atos "espontâneos", com convocação a partir da Globo, tiveram financiamento do PSDB e de grupos empresariais, já era sabido. Mas Daniela confirmou que quem articulava era a cúpula do PSDB, especificamente Aécio Neves, além de Ronaldo Caiado.

As ações do MBL contra o movimento estudantil são facilitadas pelo "horizontalismo" que enfraquece a organização do movimento e facilita a infiltração desses fascistas. Para barrar esses ataques, a organização da autodefesa dos estudantes e de suas entidades é uma tarefa colocada.

Priscilla Chandretti

Correspondente

É urgente deter a escalada golpista

Em poucos dias, um concentrado de fatos demonstrou a situação de caos e regressão que ameaça a nação brasileira e sua maioria oprimida. Mais que um alerta, a situação torna clara a urgência da luta para barrar a escalada golpista das instituições - Executivo, Legislativo e Judiciário. Ainda que muitas vezes trombandando entre si, fruto da crise de um regime que o golpe só aprofundou, todas estão perfiladas nos objetivos do golpe.

O que se evidencia, a cada dia e a cada fato, é que, sem legitimidade, atropelando a democracia, abusando da repressão e até mesmo mobilizando setores reacionários para voltarem às ruas, as atuais instituições estão dispostas a avançar na espoliação da nação e de seu povo.

Temer interfere para garantir o imóvel de seu amigo ministro Geddel, enquanto prepara a contrarreforma da previdência e dá sequência ao desmonte da Petrobrás e à entrega do Pré-Sal.

No Congresso avança a votação da PEC 55, aprovada em primeiro turno no Senado com voto favorável de 61 dos 81 senadores, enquanto do lado de fora milhares de manifestantes eram brutalmente reprimidos pela Polícia Militar.

A Câmara se prepara para votar a MP 746 de reforma do ensino médio, e na fila estão projetos de terceirização, revisão da definição de trabalho escravo e outros, para satisfazer os interesses das oligarquias que infestam as casas legislativas e dos empresários que querem

aumentar a exploração dos trabalhadores.

O Judiciário, com os "promoters boys" treinados e orientados pelo Departamento de Estado dos EUA, se alça a um poder soberano sobre todos os demais, e almeja estabelecer uma ditadura do Judiciário, um verdadeiro estado de exceção. Como bem sintetizou o ex-Ministro

REFORÇAR A RESISTÊNCIA E PASSAR À CONTRAOFENSIVA

da Justiça, Eugênio Aragão, as 10 medidas de "combate à corrupção" que o Ministério Público que enfiar goela abaixo, são "um projeto de poder". Projeto que para se viabilizar, vale até que promotores incitem os coxins a ir para as ruas, enquanto o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, prestigia o congresso de um grupo fascista, como o Movimento Brasil Livre.

O 31 de agosto, com a votação que consumou o golpe, foi só o começo. Frágil, sem apoio popular, expressando no Brasil a situação de crise da dominação imperialista, o governo Temer não tem para onde correr, pois existe para entregar a nação aos interesses do capital financeiro que patrocinou o golpe.

Também para os trabalhadores, e todos os setores oprimidos, não há dois caminhos. Só há o da luta para dar um basta a esta situação

em defesa dos direitos, da democracia e da soberania da nação.

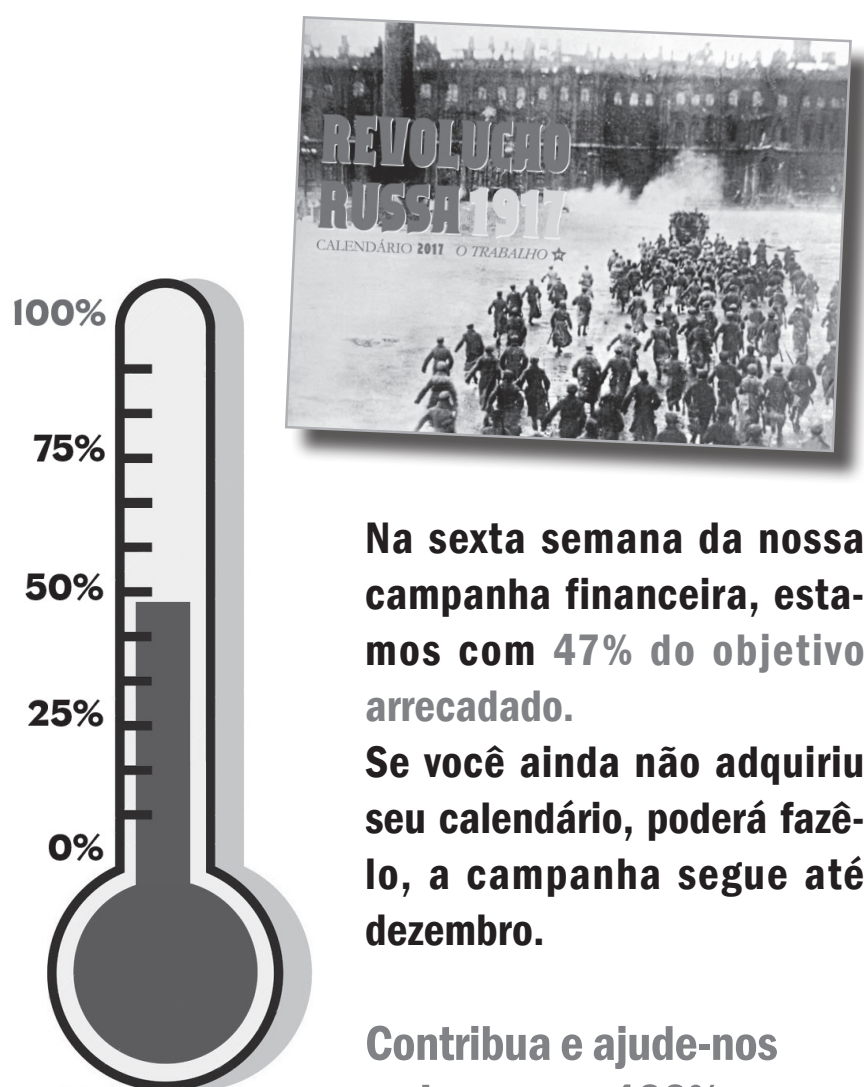
Luta para a qual, há três décadas construíram seu partido. O PT hoje está em crise, derrotado no golpe e nas eleições municipais, mas segue sendo a maior conquista do povo trabalhador brasileiro. Ele pode, e deve, reatando com seus compromissos originais, ser o ponto de apoio para unir todos os oprimidos e dizer chega, nem mais um dia de governo golpista! Ao lado da CUT, ajudar a preparar uma verdadeira greve geral, por nenhum direito a menos e por Fora Temer. Ao lado da maioria do povo, impedir a entrega do Pré-sal e barrar todas as medidas que dilapidam a soberania nacional.

Recuperando seus fundamentos, o PT pode se reconstruir como o instrumento de luta das grandes massas brasileiras que anseiam pelas reformas profundas que as tirem da miséria e libertem a nação do jugo do imperialismo, tarefa que só uma Constituinte Soberana pode cumprir.

Reforçar a resistência, derrotar o golpe e passar para a contraofensiva, é uma necessidade urgente para a classe trabalhadora, para a qual a reconstrução do PT deve servir.

A Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional acabou de realizar seu 33º Encontro Nacional e reafirmou nas resoluções adotadas: contem conosco nesta luta!

CAMPANHA FINANCEIRA



Memória

MOBILIZAÇÃO BARRA MEDIDA CONTRA INDÍGENAS

O governo militar resolveu recuar, no último dia 23, na sua tentativa de modificar o Estatuto do Índio e impor o Decreto de Emancipação das Comunidades Indígenas, num plano que previa a retirada da tutela dos índios por parte do Estado. Como reconheceram membros do governo, essa medida foi tomada devido à constante mobilização não só de antropólogos, indigenistas, estudantes, missionários e população em geral como também de representantes de diversas tribos (que chegaram a ir a Brasília e aos atos públicos protestar). (...) Sem a tutela do Estado, "dos males, o menor", eles fatalmente se transformariam em mão de obra barata para os latifúndios junto com a população camponesa explorada.

O Trabalho nº 15 - 5/12/1978



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

“É falso debater se o PT caiu pelos erros ou pelos acertos”

Intervenção Markus Sokol no Diálogo Itinerante em Belo Horizonte (24/11)

O 6º Congresso foi antecipado após a dupla derrota do PT, derubado do governo e batido eleitoralmente - mas que caiu em pé, unido pelo Fora Temer (diferente do PCB em 1964 que não se levantou mais).

Assumiu o governo frágil do usurpador, mas com um programa duríssimo. Discutir como enfrentar a situação, começa pelas condições do episódio.

Os dados da PNAD são claros: ao longo de 2015, quando se armou o golpe, houve uma queda geral de renda de 5% dos assalariados e um aumento de 4 milhões de desempregados, ambos pela 1ª vez desde 2004. Quer dizer, o governo já não estava protegendo a sua base social, ao contrário, e isso conta na hora de reagir.

Assim, o PT perdeu mais de 10 milhões de votos no 1º turno deste ano, comparado com 2012, mas não para outro partido. Perdeu na maior parte para a abstenção, branco e nulo. Não dá para falar em “endireitamento”, nem “mundial”. Aqui, a soma do PMDB, PSDB, DEM e PPS cresceu muito pouco (também diminuiu a votação do PCdoB, do PSOL e PSTU). O beneficiário, repito, foi o abstencionismo popular, uma sanção à política do governo, mas não uma transferência - essa massa está em disputa.

“ENDIREITAMENTO”?

No plano internacional, uma coisa é a crise da cúpula imperialista, como nos EUA ou no Brexit inglês, que abriu brechas para um eleitorado revoltado se expressar, equivocado em votar Trump, mas não em se revoltar contra o establishment (hoje a imprensa reconhece a miséria e precariedade, não fala mais da “recuperação” americana). Já outra coisa é a perda de eleitorado de partidos com origem nos trabalhadores há décadas, como PCs e PSs europeus, sancionados pela base social que se abstém (o crescimento da direita é relativo), fenômeno mais parecido com o nosso.

Mas não é inevitável, depende do balanço que fizer o partido derrotado para se recuperar. Resumir a “endireitamento”, introduz um viés que contorna a responsabilidade que têm as direções partidárias.

A derrota de 2016 veio de antes, pois no 2º turno de 2014, Dilma perdeu no ABC e no “cinturão vermelho” em SP. E que conclusão tiraram o governo e o PT? O ajuste

de Levy e Barbosa depois.

Na verdade, a derrota vem das contradições de 13 anos de governo.

Houve, é certo, a perseguição juridico-midiática apoiada numa coalizão patronal, respaldada nos EUA (sem resposta desde o mensalão). Mas houve também a frustração das reformas populares nos governos Lula e Dilma, pois não se mexeu na estrutura das instituições herdadas.

Enquanto houve folga de caixa pela alta dos preços de exportação (commodities), o governo fez programas sociais e houve conquistas (salário mínimo, piso dos professores etc.). Quando os preços caíram, o governo ficou preso das estruturas intocadas. A grande reforma tentada nas condições da exploração da propriedade do subsolo com a legislação do Pré-sal, em benefício da saúde e educação, e da indústria nacional, não se completou (primeira área atacada pelo usurpador).

lado da governabilidade das alianças que deu o “acordo nacional com o PDMB”. O maior “aliado”, partido de Renan, Temer e Cunha, como era previsto pela história da luta de classe, na hora H, se perfilou ao golpe!

Portanto, é falso debater se o PT caiu pelos acertos ou pelos erros. Se não houvessem acertos, talvez as elites incomodadas não se unissem para derrubá-lo. Mas não se pode ser fatalista: não fossem os erros, não cairia tão fácil!

AGORA, O QUE FAZER?

O PT, além de apoiar, deve se engajar na campanha pelo Fora Temer, Nenhum Direito a Menos - em cada luta parcial, contra a PEC 55, pela retirada da reforma do ensino médio, a reforma da previdência etc. - de modo a alimentar a preparação de uma greve geral. Greve geral mesmo,

bons, mesmo se foram desrespeitados ou deturpados - como a introdução do PED há 15 anos, fator de dissolução da militância em favor do poder econômico.

Já refundação é buscar outro fundamento, às vezes buscar um novo partido - como se vê falarem pela imprensa setores do chamado “Muda PT” -, seja pela via da fusão que propõe alguns parlamentares, seja por uma ruptura como ameaçam alguns grupos, ou ainda escondendo a estrela vermelha numa frente sem rosto, ou pior ainda, atrás de Ciro Gomes!

Frentes são para a luta concreta, que é o papel da Frente Brasil Popular. Também será preciso uma frente eleitoral no momento oportuno. Mas elas não substituem o partido necessário, por isso, para nós, tudo começa pela Reconstrução do PT.

Agora, Reconstrução sobre a base de alguns dos pontos aqui enunciados que - estamos discutindo no interior do Diálogo e Ação Petista - que poderiam dar motivo, agora no PED, à formação de chapas de Unidade pela Reconstrução do PT, nos Diretórios Municipais, inicialmente.

É uma perspectiva para apurar o PT, corrigir erros e mudar coisas: por exemplo, rejeitar o prognóstico da Secretaria de Organização que, após o PT eleger 256 prefeitos, anuncia que a “tendência é o PT participar de 1676 administrações” e lista: com o PMDB, PSD, PP, PSDB e DEM também. Seria continuar a política que levou ao desastre!

Nós defendemos a recuperação das instâncias do PT desde os DMs - formação, núcleos, comunicação e outras questões. Não somos adeptos do ultra-verticalismo do PED, ao contrário, mas tampouco estamos deslumbrados com velhas novidades “horizontalistas” que alguns acreditam ter descoberto nas ruas - não embarcamos em aventuras. A “forma-partido” não está superada, a orientação de conciliação dos últimos congressos do PT é que está.

Por fim, não sabemos o que vai dar este PED meia-boca. Não detemos toda a verdade, mas, pela realização, desde agosto, dos debates do Diálogo Itinerante, como este, representativos de forças vivas do PT, militância, sindicalistas e parlamentares, acreditamos estar no bom caminho.

Estamos assim dando nossa contribuição, através dos grupos de base do Diálogo e Ação Petista que convidamos todos a conhecer, “agindo como o PT agia”.



BH, mesa do Diálogo Itinerante: Carlos Magno, Sumara Ribeiro e Markus Sokol

A RAIZ DOS ERROS

Aí está a raiz dos erros: a adaptação do PT no governo às instituições, onde a corrupção está entranhada, nas alianças, no financiamento eleitoral etc.

Ao contrário dos vizinhos na Bolívia, Equador ou Venezuela, aqui, quando Lula chegou ao governo não abriu a luta por uma Constituinte, pela reforma política, que devia abrir caminho à reforma agrária, tributária judiciária, à reestatização e outras reformas populares.

Vem daí a conciliação, tanto pelo lado da economia, sob o tacão do superávit fiscal primário, quanto pelo

não apenas uma sucessão de jornadas de protesto parciais que arriscam esgotar a resistência.

Junto a isso, seja qual for o rumo da crise do governo Temer, é preciso uma propaganda persistente da saída de fundo pela luta por uma Constituinte Soberana.

Mas tudo isso está imbricado com a recuperação do PT como instrumento de ação política de massas, não só legenda eleitoral. Está na ordem do dia a Reconstrução do PT, que segue sendo a maior conquista da classe trabalhadora brasileira na luta por sua emancipação.

Falamos Reconstrução e não refundação, pois os fundamentos são

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



DIÁLOGO ITINERANTE PELA RECONSTRUÇÃO DO PT

A necessidade de reconstrução urgente do PT vem sendo evidenciada nos vários encontros do Diálogo Itinerante realizados em cidades de todo o país. As reuniões têm feito a discussão sobre a situação do partido e os graves ataques desencadeados contra os trabalhadores e a nação.

Questões como a luta pelo Fora Temer, preparar a greve geral por nenhum direito a menos, pelo fim à conciliação com os inimigos, a pela Constituinte da reforma política têm sido destacadas. Assim como, no plano interno do PT, a necessidade de voltar aos encontros de base e eleição de delegados.

BELO HORIZONTE (MG)



Na abertura, Ariana Lara, André Quintão, Betão, D'Agostini, Pedro Patrus e Conrado

que nos permita avançar. Conrado chamou a atenção para a situação do país, dizendo que o partido cometeu erros, inclusive em relação às alianças, mas considera que é possível o partido voltar às origens. A vereadora Adriana disse que o capital decidiu ir “pra cima da classe trabalhadora como nunca antes”. Betão destacou que o golpe não foi só para tirar uma presidente, mas para atacar os direitos da classe trabalhadora

e destruir PT.

No Congresso do PT em 2015, Patrus votou contra a política de ajuste fiscal do governo Dilma e contra o PED, propostas também defendidas pelo DAP. Patrus entende que é preciso buscar a unidade do PT pela sua reconstrução, na defesa dos compromissos históricos do partido.

A mesa de debate teve a participação de Carlos Magno, da Executiva da CUT-MG, e Markus Sokol, membro do DNPT e da coordenação do DAP.

Ao final foi aprovada a moção “Defender e Reconstruir o PT”, propondo levar para o maior número de cidades e regiões as reuniões do Diálogo Itinerante, que possam ser um ponto de apoio para a reconstrução do PT.

Correspondente

PORTO ALEGRE (RS)



Figuras históricas do PT- RS participaram do Diálogo Itinerante em Porto Alegre

O Diálogo Itinerante reuniu-se em Porto Alegre no dia 25 de novembro, na sede do PT, com uma mesa que contou com a presença de Luiz Eduardo Greenhalgh, Claudir Néspolo, presidente da CUT/RS, e Laércio Barbosa, da direção estadual do PT/RS.

Estiveram presente militantes histó-

ricos do partido, como Clóvis Ingelfritz, Silvio Nogueira, a vereadora eleita por Canoas Maria Eunice e vários militantes de Porto Alegre, da região metropolitana e de cidades do interior; foi a primeira atividade pública em Porto Alegre na preparação do 6º Congresso do PT.

FLORIANÓPOLIS (SC)



Na mesa, René Munaro, Greenhalgh e o vereador Lino Peres

No último dia 26, em Florianópolis, o Diálogo Itinerante reuniu cerca de 40 militantes (estudantes, professores universitários, metalúrgicos, sindicalistas, movimento negro, professores, médicos e lideranças populares) para debater o Partido dos Trabalhadores, sua reconstrução, a defesa da classe trabalhadora e suas organizações, por nenhum direito a menos!

O encontro teve a participação de Luis Eduardo Greenhalgh, um dos fundadores do PT e membro do Comitê Nacional do DAP. Ele contou parte da história de fundação do partido e mostrou o desafio da luta em defesa do PT e de Lula.

Analisando os resultados das últimas eleições municipais, nas quais brancos, nulos e abstenções foram os grandes vencedores, Greenhalgh apontou a importância de uma constituinte soberana e exclusiva da reforma política.

Para ele, o PT deixou de ser um partido organizado pela base, tornando-se cada vez mais uma federação de mandatos isolados. Destacou também os erros cometidos, como a nomeação de Levy para aplicar o ajuste fiscal.

Após a abertura, fez-se o debate entre os presentes, quando se criticou o posicionamento do partido sobre a votação da anistia ao caixa 2, a lava-jato, o congresso do PT, o fim do PED, a política de colaboração de classes, o manifesto de sindicalistas “PT de volta para classe trabalhadora”.

O vereador Lino Peres destacou a importância de organização dos presentes no Diálogo e Ação Petista para ajudar na reconstrução do PT. Citou a luta contra a Ação Penal 470, o combate ao ajuste fiscal e a defesa do fim do PED. Wanderlei Monteiro, dirigente do sindicato dos metalúrgicos de Joinville, disse que a conciliação de classes foi um dos grandes erros cometidos.

Foi proposto abrir a discussão em defesa de chapas de unidade pela reconstrução do PT em cima dos pontos Fora Temer! Nenhum direito a menos! Construir a Greve Geral, Constituinte e Fim do PED, combate à conciliação de classes e contra as alianças e governos com golpistas.

Íon Neto

LIMOEIRO DO NORTE (CE)

Cerca de 20 companheiros petistas de três municípios do Vale do Jaguaribe-CE reuniram-se em Limoeiro do Norte no Diálogo Itinerante pela Reconstrução do PT. A reunião foi convocada pelo DAP da região e pelos companheiros Washington Moura, vereador eleito em Limoeiro, e Yan Vacelis, representando a juventude petista Núcleo Popular.

A discussão foi aberta com a leitura dos

pontos de acordo da mesa do Diálogo Itinerante de 19 de agosto. Seguiram-se a fala de Washington, Yan e Leda Vasconcelos, da coordenação do DAP-Ceará.

No debate, o centro foi o balanço do partido nestes 13 anos onde os 17 pontos do DI serviram de roteiro. A principal decisão foi a de lutar conjuntamente por chapas com base nesse roteiro para o 6º Congresso do partido.

Ato de comemoração dos 40 anos abre

Ato político em São Paulo discutiu os desafios

Em 18 de novembro, no auditório lotado do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, militantes de O Trabalho, sindicalistas e petistas de diferentes correntes, participaram do ato comemorativo dos 40 anos da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Mais que uma comemoração do passado, foi um diálogo ente militantes sobre as tarefas do presente.

A mesa, dirigida por Renê Munaro (direção de OT e CUT-SC), foi composta por Julio Turra, que falou em nome da corrente, Luís Eduardo Greenhalgh e o deputado federal Vicentinho, que trouxeram testemunhos da luta comum contra a ditadura e na construção do PT e da CUT, além de Sarah Lindalva, militante de OT que é diretora da UNE.

Na abertura, Andreu Camps, em nome do Secretariado da 4ª Internacional, fez uma saudação por vídeo ao ato que abria o 33º Encontro Nacional da Corrente O Trabalho. Abaixo trechos das falas da mesa.

“O JOGO AINDA NÃO ACABOU”

Julio Turra, da direção de OT

Depois de retomar a história da corrente O Trabalho (ver OT 797 e 798), Julio falou dos desafios atuais, “Nascemos na luta contra o regime militar e hoje lutamos contra um estado de exceção, por uma combinação perversa de uma ‘ditadura’ do Judiciário com os interesses do imperialismo em remover um obstáculo à aplicação plena de sua política, o governo encabeçado pelo PT, para entronizar um usurpador, Temer, que aplica um conjunto de medidas cujo objetivo é liquidar, em tempo rápido, os direitos e conquistas arrancados pela luta da classe trabalhadora brasileira.

Não sem resistência, ao contrário de 1964, com uma resistência que continua e que nosso objetivo é reforçar, mas não podemos deixar de fazer o balanço do que favoreceu essa ofensiva golpista.

A política nacional de aliança com o PMDB levou a uma situação que não é nova na história: a colaboração com a classe inimiga leva ao impasse e, no limite, à destruição das organizações dos trabalhadores.

No meio do primeiro mandato de Dilma - jornadas de junho de 2013 - sua resposta foi positiva: Constituinte para reformar o sistema político. Mas quem vetou? O vice Temer, o STF, o Congresso, ou seja, as instituições herdadas da ditadura, recauchutadas pela Constituinte de 1988.

A adaptação do PT a essas instituições



está na base da deriva do partido, cada vez mais institucional.

A quantidade se transforma em qualidade, neste momento o PT está ameaçado de desaparecer, se não se reorienta, apoiando-se em sua própria e rica história.

Os mesmos milhões que levaram o PT à presidência da República, se desencantaram com o partido. O impacto na militância petista da derrota nas eleições municipais foi até maior do que o do impeachment da Dilma, onde se podia dizer que foram os 300 picaretas que a afastaram, não o povo. O PT perdeu 10 milhões de votos em relação às eleições de 2012 para a abstenção, nulos e brancos. O PT foi sancionado por aqueles que votavam no PT.

Quando as pesquisas davam 10% para a Dilma, muito antes do impeachment, elas refletiam a aplicação de um plano de ajuste fiscal que não ficava nada a dever aos planos da União Europeia que atacam os povos de lá: cortes de gastos e subsídios para os empresários que criaram um rompo nas contas públicas.

A direita viu o que acontecia e chegou com tudo, entrando na brecha entre o governo e sua própria base eleitoral. Houve resistência, milhares nas ruas, mas qual foi o grande problema? As fábricas estavam frias, o morro não desceu, a periferia não veio.

Como recuperar essa base social? Esse é o desafio, que não é só brasileiro.

O mundo está endireitando? Essa é uma visão unilateral e parcial das coisas, que encobre o balanço necessário dos erros da esquerda.

Estamos numa situação defensiva, o nosso relógio passou a ser o da situação mundial. Uma situação de defesa de conquistas e direitos, pois eles querem liquidar tudo, inclusive a existência de organizações da classe trabalhadora.

Mas o jogo ainda não acabou, as con-

dições que o imperialismo gera com sua política obrigam os povos a resistir para não serem liquidados fisicamente. É nessa resistência que queremos nos apoiar.

Nos orgulhamos que em 40 anos de existência asseguramos uma continuidade, baseada em princípios que são caríssimos ao movimento operário: independência de classe e internacionalismo.

Queremos agradecer a presença de companheiros de outras correntes do partido, parlamentares, dirigentes sindicais que nos prestigiam nessa comemoração e dizer: contem conosco para resgatar as melhores tradições do PT, para reconstruirmos o partido como instrumento de luta da classe trabalhadora e do povo oprimido no Brasil e para estabelecer laços de solidariedade no plano internacional com aqueles que tem o mesmo desafio que nós: defender-se dos ataques do imperialismo e preparar a contraofensiva para a construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores”.

“ESTÁ FALTANDO ESPAÇO PARA A MILITÂNCIA DO PT”

Luiz Eduardo Greenhalgh, do Diálogo e Ação Petista

“A Corrente O Trabalho, de fato, contribuiu e contribui, construiu e constrói o PT, a CUT, se relaciona com a classe operária de uma forma mais próxima do que muitas de nossas correntes internas do partido. E esses 40 anos de existência demonstram isso.”

Após mostrar materiais de seu arquivo pessoal, relativos à história de nossa corrente, Greenhalgh abordou

o momento atual:

“Ontem eu vi prisões de pessoas no Rio. Não tenho nenhum motivo para defender os que foram presos, mas não pensei que depois de tudo o que fizemos de luta nesse país, pela democracia, pelos direitos humanos, eu pudesse ver a cena de uma pessoa hospitalizada, sendo arrancada da mulher e da filha por agentes da Polícia Federal, da polícia civil e da PM de dentro de um hospital, com um diagnóstico médico dizendo que tinha que fazer um cateterismo.

Mais do que o golpe de 64, que foi um golpe militar, este movimento de ruptura democrática que estamos vivendo, é mais profundo, complexo e eficaz. Quem não atentar para isso, vai equivocar-se na análise de conjuntura.

É verdade o que o Julio falou, a favela não desceu, o povo não veio, só quem veio? A gloriosa militância do PT. E veio sozinha, veio pela estrela e pelos sonhos.

Está faltando espaço para a militância do PT dialogar, dar opinião. Está faltando espaço para reunião, para ouvir análises de conjuntura, para ela falar o que se passa no bairro. Não pode a militância do PT ficar na dependência do Jornal Nacional, da Folha de São Paulo, temos que voltar a conversar com nossa militância.

Aonde nós temos ido com o Diálogo Itinerante, a gente sente isso. Falamos 10 minutos e escutamos uma hora. É impressionante a dignidade, coragem, dedicação e lealdade da militância do partido com esse sonho, com esse instrumento. A gente quer multiplicar esse Diálogo Itinerante.

Só tem uma saída, a nossa própria militância. Somos nós que vamos construir nosso próprio caminho e sair dessa situação de defensiva em que nos encontramos”.

O 33º Encontro Nacional de O Trabalho

s atuais da classe trabalhadora e a crise do PT

“O COMPROMISSO É DE CLASSE”

Vicentinho (deputado federal PT, ex-presidente da CUT)

“Era muito bom ver os debates naquele período [refere-se à formação do PT e da CUT], aquilo foi como uma aula para nós, jovens naquele tempo. Fomos caminhando, fomos aprendendo e fomos nos construindo como representantes da classe, que é o que é mais importante nessa trajetória de 40 anos.

Estou aqui para manifestar o meu mais profundo respeito aos nossos irmãos e irmãs de O Trabalho. Na CUT sempre foram muito parceiros, também críticos, porque respeitar a classe e seus representantes é ter a humildade de compreender que nenhum de nós é melhor do que ninguém, pois o compromisso é de classe. Nossa esperança é os que não votaram em ninguém, quem sabe eles estão querendo ouvir algo. É importante que os companheiros de OT continuem agindo com suas críticas e construindo o partido, porque este é o

nosso partido. Eu não vou sair do meu partido, como também não vou fazer campanha com material, azul, verde, amarelo, que não seja o da cor do PT”.

“ESSA HISTÓRIA VAI CONTINUAR MARCADA POR MUITA LUTA”

Sarah Lindalva (militante OT e diretora da UNE)

“A história da Corrente O Trabalho foi de muita luta, e eu estou muito feliz em dizer hoje que essa história vai continuar sendo marcada por muita luta.

Nós sofremos um golpe para destruir os direitos dos trabalhadores e da juventude. Nós, jovens, já sentimos isso, mas não só sentimos, resistimos. Por isso tantas escolas foram ocupadas, tantas universidades estão sendo ocupadas, com assembleias abarrotadas de estudantes, como jamais se viu.

Mas sabemos que essa mobilização não pode ser descartada dos trabalhadores, tem que ser junto com eles para derrotar todas as medidas que retiram nossos direitos e derrotar esse

governo golpista.

O nosso combate, como trotskistas, além de ajudar os jovens a se organizarem em defesa de suas reivindicações nas suas entidades, é também para que a juventude possa se organizar de forma autônoma. Por isso impulsionamos a construção da Juventude Revolução, para ajudar os jovens a derrotar o capitalismo na via do socialismo”.

SAUDAÇÕES DO PLENÁRIO

Tomaram a palavra para breves saudações, Devanir Ribeiro, metalúrgico do ABC aposentado e ex-deputado federal do PT; Antônio Donato e Juliana Cardoso, vereadores PT, Laura Capriglione do “Jornalistas Livres” e Rodrigo Cesar, da Tendência do PT Articulação de Esquerda.

O Ato encerrou-se ao som do refrão da “Internacional” cantado pelos presentes, sendo seguido por uma confraternização no saguão do sindicato, decorado com as capas de 40 edições históricas do jornal “O Trabalho”.



Com atenção e entusiasmo o plenário ouviu as falas dos oradores

Organizar a luta em defesa das conquistas

Encontro Nacional de O Trabalho se dispõe à urgente tarefa para barrar ofensiva destruidora

Nos dias 19 e 20, na sede nacional do PT (SP), ocorreu o 33º Encontro Nacional de O Trabalho (ENOT). Dando consequência ao lema do ato dos 40 anos, “da luta pelo partido operário, à tarefa de reconstrução do PT”, o 33º ENOT adotou uma resolução política que parte do quadro de ataques e incerteza mundial diante da crise do imperialismo, e estabelece as tarefas para o próximo período.

A resolução afirma que “o PT é a maior conquista da classe trabalhadora na luta pela sua emancipação e a da nação”, e concluiu: “Na crise do PT, nós não prevemos o que vai dar, mas sabemos o que queremos: o desenlace mais positivo, a saber, a continuidade do PT criado para defender os trabalhadores - a sua reconstrução, numa linha de transição, como partido operário independente”. Numa declaração pública, o 33º ENOT faz um chamado à luta. Abaixo trechos desta declaração. (Íntegra no site www.otrabalho.org.br)

“Defender a classe trabalhadora e a nação!”

Nos dirigimos aos trabalhadores, às trabalhadoras, aos jovens, e em particular

aos petistas, fazendo um chamado.

A situação acelerada de ataques exige uma reação à altura de todos e todas comprometidos com os interesses dos trabalhadores e da nação.

As ameaças são graves, a luta é dura, mas é preciso organizá-la. Eles querem entregar de bandeja tudo que conquistamos em décadas de luta. Eles querem impedir que avancemos nas conquistas. É preciso dizer não! Vamos lutar!

- Não à contrarreforma da previdência!
- Defesa da CLT, nenhuma flexibilização, não à terceirização!
- Abaixo a PEC 55!
- Retirada da MP 746 de reforma do Ensino Médio!
- É preciso rechaçar a entrega do Pré-Sal!

Em primeiro lugar é urgente a luta por Fora Temer.

- Constituinte Soberana que reforme o sistema político para avançar nas reformas estruturais em benefício da maioria do povo brasileiro: Reforma Agrária; Controle pela

nação de nossas riquezas; Fim do superávit fiscal primário e da política do ajuste fiscal. Constituinte Soberana que reforme o sistema político para avançar nas reformas estruturais em benefício da maioria do povo brasileiro: Reforma Agrária; Controle pela nação de nossas riquezas; Fim do superávit fiscal primário e da política do ajuste fiscal.

Por essa plataforma o PT e a CUT devem engajar a luta com a maioria oprimida para barrar a ofensiva destruidora.

Em todo mundo a crise do capitalismo gera incertezas. Mas, aconteça o que acontecer, para os trabalhadores e os povos que buscam resistir contra a ganância do capital financeiro, a única saída é prosseguir a luta. Numa situação difícil, os trabalhadores buscam se defender e estão resabiados.

Foi o que ficou demonstrado nas eleições municipais desse ano com a maré de abstenção, nulos e brancos.

Nós compreendemos os motivos dos 10 milhões que deixaram de votar no PT, mas não deram voto a nenhum outro partido. Entendemos os motivos, mas

fazemos um alerta: o desaparecimento ou a desagregação do PT vai deixar a classe trabalhadora ainda mais desguarnecida de instrumentos para se defender e defender a nação, diante da guerra movida pelo imperialismo.

Os erros cometidos – que não são os propagados pela mídia, pelos falsos moralistas e fraudulentas operações de combate à corrupção – que levaram milhões a sancionar o PT não podem ser repetidos! Não há como conciliar os interesses dos exploradores, com os interesses dos trabalhadores e dos setores explorados e oprimidos da cidade e do campo.

Nos dirigimos em particular aos petistas, chamando a nos somarmos na preparação do 6º Congresso, com o compromisso de luta Pela Reconstrução do PT!

Frente ao governo golpista e ao avanço de um estado de exceção por um Judiciário podre, comprometido com os interesses anti-povo e anti-nação, vamos à luta em defesa dos direitos trabalhistas, das organizações construídas pelos trabalhadores, e da nação.

Fora Temer!

Nenhum direito a menos!”

A luta pela greve geral continua!

Apesar das provocações e repressão no DF em 29 de novembro

Após a jornada de luta de 11 de novembro (ver OT 798), a CUT orientou, corretamente, sua base a priorizar a mobilização para Brasília em 29 de novembro, data da votação da PEC 55 (teto dos gastos) em 1º turno no Senado, apoiada por atos nas capitais.

Mais de 20 mil manifestantes estavam no DF dia 29, a maioria estudantes mobilizados pela UNE, mas também sindicalistas da CUT, CTB e Intersindical, bem como movimentos populares. Essa massa sofreu brutal repressão da PM e da Polícia Legislativa ao chegar ao Senado.

Com toda evidência, provocadores infiltrados fizeram “quebra-quebra” criando pretexto para ataques contra os manifestantes com gás, cavalaria e cacetadas atingindo idosos, jovens e mulheres que protestavam contra a “PEC da Morte”, a mesma que, por 20 anos, congela os gastos com Saúde, Educação, serviços e investimentos públicos e que, na calada da noite, foi aprovada pelo Senado (2º turno em 12 de dezembro).

A mídia se apressou em condenar os “vândalos”, ocultando o que estava em jogo e a própria violência



Brasília, 29 novembro: ação de provocadores serve de pretexto para forte repressão da PM

policial. Mas nada disso vai paralisar a luta contra as medidas que o governo golpista de Temer, com o apoio dos empresários, quer impor à nação.

A luta vai continuar pela revogação do que foi aprovado por esse Congresso de picaretas, para barrar os ataques às leis trabalhistas e à Previdência, pelo “Fora Temer”. Uma luta que exige a preparação de uma verdadeira greve geral, que continua na ordem do dia.

Paulinho defende Temer, a PEC 55 e a repressão

E o 25 de novembro, que era parte do “calendário das centrais” como dia de greves e paralisações?

A nível nacional, a mobilização foi bem menor que a do dia 11 (que sofreu boicote da Força Sindical, UGT e Conlutas, com a desculpa que o 25 era mais importante). É evidente que o não engajamento total da CUT é o que explica a diferença, mas as promessas de paralisação de transportes ou de greves,

via de regra, não foram cumpridas.

Em São Paulo houve um ato diante do INSS, sem a presença da CUT, em que o Paulinho, presidente da Força, defendeu a PEC 55 – “mostra ao mundo que o Brasil tem rumo” – disse que Temer “está corrigindo erros do governo anterior”, e, de quebra, falou a jornalistas que o ex-ministro Geddel “não deveria sair” (Rede Brasil Atual).

Uma nota oficial da Força aparece no seu site no dia 29. Com o título “Atos em Brasília são prejudicados por vandalismo”, nela não há uma palavra sobre a violenta repressão aos manifestantes, mas sim uma acusação de que “supostos manifestantes, com o intuito de protestar, exageraram causando transtornos, depredando o patrimônio público e investindo com ódio contra os profissionais da imprensa”.

Que raios de unidade de ação das centrais é essa? A CUT, cuja direção se reúne em Florianópolis em 6 de dezembro, deve rever sua política em relação às demais centrais, em particular à Força Sindical que nunca se dispôs a fazer greve geral, e agora, através de seu presidente, defende Temer, a PEC 55 e a repressão a manifestações legítimas!

Julio Turra

Professores paulistas fazem Congresso

Manifesto defende unidade dos trabalhadores na luta contra governo golpista

Entre 22 e 25 de novembro na cidade de Serra Negra (SP) foi realizado o XXV Congresso Estadual da APEOESP, sindicato dos professores da rede pública do estado, que contou com mais de 2100 delegados eleitos em todas as regiões de São Paulo.

A abertura foi feita por um ato político que contou com as presenças de Maria Izabel – Bebel (presidente da APEOESP) Roberto Leão (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE), Vagner Freitas e Douglas Izzo (presidentes nacional e estadual da CUT) e do ex-presidente Lula.

A maioria dos dirigentes sindicais apresentaram no ato a necessidade da mobilização e da organização do professorado para enfrentar os ataques que vem sendo feitos pelos governos estadual de Geraldo Alckmin (PSDB) e federal, do golpista Temer (PMDB). Entre as propostas feitas aos delegados está a necessidade de se organizar uma grande greve da educação - defendida por Leão e Bebel – que esquentariam a organização de uma greve geral, como defenderam Douglas e Vagner.

Além de uma tese referência à direção, os delegados aprovaram um plano de lutas que inclui um “Manifesto em

Defesa da Democracia, dos Direitos da Classe Trabalhadora, contra o Golpe”, que expressa o compromisso do professorado de enfrentar mobilizada o conjunto de ataques que vem sofrendo. O manifesto diz que a resposta dos professores será a greve, caso seus direitos sejam ameaçados e aponta para o início de janeiro o Congresso da CNTE, que está chamado organizar esta tarefa entre todos os professores brasileiros

“Lutaremos para que a PEC 55 não seja aprovada...lutaremos contra cada um de seus efeitos, nos locais de trabalho, nas ruas, nas cidades, nas regiões,

em todos os espaços, por meio de greves, manifestações,...entendemos que para barrar toda a ofensiva atual é preciso derrotar o golpe, por meio da luta de todos os trabalhadores e da greve geral... conclamamos a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE à preparação da greve nacional dos trabalhadores em educação, no primeiro semestre, com uma pauta clara e definida em torno da defesa de nossos direitos e reivindicações” (trechos do Manifesto aprovado no XXV congresso da APEOESP).

Juliano Godoi

SP: Médicos residentes em greve

Mobilização é contra calote do governo Alckmin

Fruto de uma mobilização nacional em 2015, os residentes conseguiram um acordo com o governo federal de reajuste de 11,9%, que foi concedido através da Portaria Interministerial (MEC e MS) N° 3, de 16 de março de 2016.

Todos os estados aplicaram o reajuste, exceto São Paulo. Após infrutíferas negociações e diante da intransigência

do governo do PSDB, os residentes decretaram greve em 10/11/2016, que apesar das retaliações e ameaças que vem sofrendo por parte das chefias, a greve já atinge 16 complexos hospitalares em todo o estado.

Em 25 de novembro os grevistas realizaram um grande ato em frente ao Palácio dos Bandeirantes e agendaram uma reunião de negociação com

o secretariado do governo para o dia 1 de dezembro.

A residência médica é um período para a formação de especialistas, com carga horária mínima semanal de 60 horas, mas em muitos casos ultrapassa 100 horas. A defasagem no valor da bolsa, que acumula 25% de perda desde 2013, influencia negativamente na qualidade da formação e no exercício

da profissão posteriormente, portanto o governo Alckmin, descumprindo uma portaria do MEC e MS, ataca a qualidade da saúde no estado.

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) apoia a greve, que no HC de Ribeirão Preto conta também com a solidariedade dos médicos assistentes.

Ulysses Matos

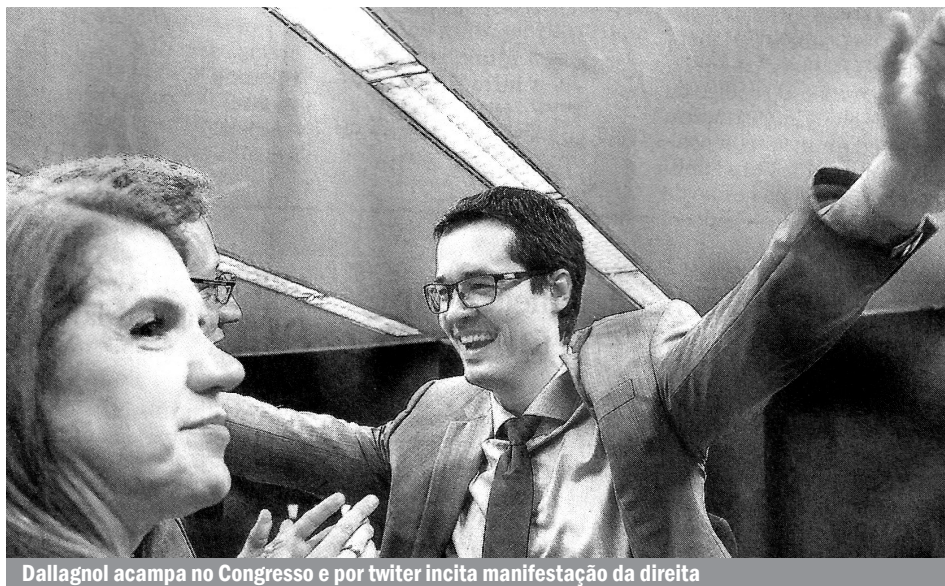
Estado de exceção: o judiciário agindo como partido político

Crise institucional acentua a necessidade da Constituinte soberana

Em nome de um falso “combate à corrupção” o ministério público e o judiciário ditaram o ritmo do golpe que derrotou o governo do PT e instalou no poder uma seleção de políticos corruptos. Enquanto juízes e procuradores avançam para agir como ditadores e não se cansam de exigir privilégios (salários de 40 mil!), seis ministros do golpista Temer já caíram em meio a escândalos de corrupção, o mais recente foi Geddel Vieira Lima. Na grave situação do país, as apodrecidas instituições tornaram-se transmissoras dos interesses do capital financeiro. A saída democrática aponta para a convocação da Constituinte soberana para realizar reformas que assegurem a defesa da nação e dos direitos dos trabalhadores.

MP toma de assalto o Congresso Nacional

O Estado de exceção se desenha desde as condenações, sem prova, da AP 470. Progrediu com a banalização das prisões preventivas e conduções coercitivas da Lava Jato, como a de Lula, em 4 de março. Avançou mais quando, em 16 de março, Sérgio Moro ousou mandar gravar ilegalmente uma conversa da Presidente da República e, no mesmo dia, entregou-a, para a exploração sen-



Dallagnol acampa no Congresso e por twitter incita manifestação da direita

sacionalista da Rede Globo, de quem o juiz havia recebido “prêmio”.

Chamado à atenção pelo STF, Moro defendeu que provas obtidas ilicitamente (como a gravação de Dilma) deveriam sim poder ser utilizadas em juízo. Essa ideia medieval é uma das mal denominadas “10 medidas contra a corrupção”. Trata-se de projeto de lei que o Ministério Público formulou e apresentou ao Congresso depois de realizar institucionalmente uma campanha publicitária para coletar “apoio popular”, num claro desvio de função.

Na tramitação, os deputados retiraram alguns dos absurdos (como o das provas ilícitas) e anunciaram intenção de incluir artigo para punir abusos de autoridade cometidos por juízes e procuradores.

Foi o que bastou para uma tropa de choque de procuradores, tendo à frente Dallagnol (o que tem “convicção” contra Lula, mas não provas), adentrar o Congresso Nacional, em 14 de novembro, para pressionar o relator, Onyx Lorenzoni (DEM) que, subserviente, não somente obedeceu

os procuradores-lobistas como, no dia seguinte, foi se confraternizar com eles num restaurante de Brasília.

Ao mesmo tempo, a corrompida base de Temer liderava uma articulação para incluir emenda de “anistia ao caixa 2”. Imediatamente MP e juízes reagem para interferir no processo legislativo (o que nem de longe é sua atribuição legal!).

Em 16 de novembro, Dallagnol twitou, atizando contra “manobras de líderes partidários”. No meio da tarde fascistas interromperam a sessão da Câmara gritando “contra os corruptos”.

E em pleno domingo, 27 de novembro, os golpistas Temer, Renan e Rodrigo Maia, numa patética entrevista coletiva, anunciam que baixaram a cabeça aos procuradores-lobistas. Mas em 29, contrariando essa trinca, na aprovação do projeto, foi incluída a tipificação de crime de abuso de autoridade por parte de juízes e procuradores, inclusive quando desrespeitarem prerrogativas de advogados. O indefectível Dallagnol, ainda de madrugada, pelo twitter, acusa os deputados de “intimidar promotores e juízes”. Ele quer ser intocável e impune. A crise das instituições apodrecidas só tende a se agravar.

Edison Cardoni

Lava Jato a serviço dos EUA Golpe nos Bancos Públicos

Governo anuncia fechamento de agências e demissões

Quando se diz que a Operação Lava Jato está objetivamente a serviço do imperialismo, isso não é figura de retórica. De um lado, é evidente que a operação, conduzida pelo Judiciário (com auxílio do Ministério Público e da Polícia Federal), busca criminalizar o PT, na tentativa de destruí-lo. Para isso, vale tudo: manipulação da mídia, cerceamento de defesa, acusações feitas com base em convicções, e não em provas etc.

Um outro lado é o ataque à Petrobras e a empresas brasileiras em geral, em proveito das multinacionais. A defesa de Lula levantou a suspeita de colaboração dos procuradores e do juiz Sergio Moro com o Departamento de Justiça dos EUA, cujo governo busca acordos de delação com alguns acusados na operação, como reforço aos processos movidos contra a Petrobras.

Ao menos quatro testemunhos nas últimas semanas deram indicações nesse sentido. Só que os advogados de Lula foram impedidos por Moro de aprofundar as perguntas a respeito.

Em seu depoimento, Eduardo Leite, ex-executivo da empreiteira Camargo Correa, falou da discussão de um acordo. Inicialmente, disse: “Na verdade

foi uma busca do governo americano através da força-tarefa [da Operação Lava Jato], no qual nós fomos procurados para saber o intuito e interesse de haver um partilhamento, de a gente participar do processo lá”. Quando um dos advogados de Lula perguntou se a Lava Jato tinha sido a intermediária no contato, um procurador tentou impedir a resposta. Leite então disse que “gostaria de consertar”, porque só seu advogado saberia dizer como foi o procedimento.

O depoimento de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, foi ainda mais claro. Quando o advogado perguntou sobre o acordo que ele negocia com os EUA, Costa disse que “pessoas ligadas à Procuradoria” participaram das reuniões.

São autoridades do Brasil que colaboram com os EUA contra os interesses brasileiros!

Depois da abertura do Pré-sal para exploração de multinacionais estrangeiras, a Lava Jato dá a sua contribuição à tentativa de dismantlar a Petrobras. Um dos efeitos imediatos é a perda de milhares de empregos no país.

Cláudio Soares

O Banco do Brasil anunciou o fechamento de 402 agências e transformação de 397 em postos de atendimento ao longo de 2017.

Além de prejudicar a população, os trabalhadores terão de se deslocar para regiões distantes da cidade em relação aos lugares onde já estão estabelecidos.

Faz parte do pacote do usurpador Temer, eliminar 18 mil postos de trabalho através do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada, sem reposição, de adesão voluntária até o final de dezembro.

O BB é responsável pelos incentivos à agricultura familiar, do microcrédito e do crédito imobiliário, que junto com a Caixa Econômica Federal ampliou as possibilidades de financiamento.

A CEF também na mira

A Caixa Econômica Federal, único banco 100% público, já criou uma empresa chamada Lotex para vender a loteria, parte lucrativa do banco.

Segundo o Coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa, Dionísio Siqueira, a CEF deve também anunciar um plano de aposentadoria e fechamento de agências. “Você começa a ver corte no Minha Casa Minha Vida, na oferta de crédito, o não aporte do governo para empréstimos. Aliado a isso, vemos notícia de que os juros do BB e da Caixa já são maiores do que o do mercado. Isso tudo é uma forma de restringir o acesso do público ao crédito e, além de dificultar a saída da crise, ainda descapitaliza o banco” (site da CUT).

Dionísio alertou ainda para o risco da CEF abrir mão da exclusividade de operar o FGTS, o que reduziria o controle e a segurança do fundo para os trabalhadores, além de enfraquecer o poderio da Caixa para fazer política de habitação e programas sociais.

Nilton de Martins

Crise nos estados

Pacto com governo golpista vai agravar a situação

Após reunião no Palácio do Planalto, com Temer, seus ministros da área econômica e os governadores dos Estados (22/11), foi anunciando um “pacto nacional” pelo equilíbrio das contas públicas. Em troca de 5 bilhões dos recursos arrecadados com a “repatriação”, os governadores se comprometem a um forte ajuste em suas contas.

Pelo pacto, para ter acesso aos recursos extras, os estados deverão apoiar a PEC 55, a aplicação dessa política nas contas estaduais e fazer uma reforma da Previdência em nível estadual, nos termos da proposta que será encami-

nhada ao Congresso Nacional. Os estados também não poderão contratar servidores ou dar aumentos salariais, pelos próximos dois anos.

Todos são unânimes em reconhecer que 5 bilhões está muito longe de resolver o problema da crise financeira dos estados, cuja raiz está no acordo “draconiano” de renegociação da dívida de estados e municípios feito em 1990, mas, segundo Meirelles, “facilita a transição para o novo regime de austeridade fiscal”. Uma chantagem.

A crise que atravessa estados e municípios vem de longe e, caso sejam

aprovadas as medidas em curso, ela só se agravará. Desde 1990, os governos federais, todos eles, mantiveram a mesma política: paga-se as dívidas – que nunca deixaram de crescer – e o que sobrar fica para necessidades do povo. Para piorar os estados e municípios abrem mão de recursos públicos através de isenções fiscais para grandes grupos econômicos e convivem com enormes índices de sonegação. Nos dias de hoje, a recessão e a queda de arrecadação só fizeram agravar o problema.

Laércio Barbosa

RS: novos ataques ao serviço público

O governador José Sartori (PMDB), anunciou um novo pacote de ataques ao serviço público. Pretende a extinção de nove fundações e a demissão de 1200 trabalhadores, a privatização de três importantes empresas públicas: a CEEE e Sulgás (energia) e a Companhia de Recursos Minerais (CRM); subir a alíquota da Previdência, dos servidores ativos e inativos, dos atuais 13,25% para 14%; transferir o pagamento do funcionalismo para um calendário que varia do quinto dia útil (até R\$ 1.300) para o vigésimo dia útil (acima de R\$ 6.000). Hoje, pela Constituição Estadual, os servidores devem ser pagos até o último dia útil de cada mês. Outra proposta é de pagar apenas 50% do 13º dos servidores de 2016, remetendo a

outra parcela para novembro de 2017.

As propostas, enviadas em regime de urgência ao legislativo, também alteram os repasses ao Judiciário e Legislativo.

A votação do pacote, com 38 projetos (30 em regime de urgência), tem votação prevista na Assembleia Legislativa entre o natal e o ano novo, para dificultar a mobilização dos servidores.

A situação dos servidores é dramática. Novembro é o nono mês consecutivo com parcelamento dos salários dos servidores do executivo do estado. Sartori, com amplo apoio da mídia, martela a tecla do “estado quebrado” e cria cenário de terror permanente para justificar suas medidas.

Há um ano, para resistir a essa ofensiva foi constituído o MUS (Mo-

vimento de Unidade dos Servidores) que chegou a realizar uma assembleia unitária com 50 mil servidores que decidiu por uma greve geral, mas que teve grau de adesão desigual.

No próximo dia 13 de dezembro ocorrerá uma nova assembleia unificada que poderá tomar a mesma decisão.

Há um grau diferenciado de mobilização e de organização dos servidores. Para superar isso será preciso que a luta se apoie em comandos de greve regionais e se centralize num comando estadual, com um setor ajudando o outro para construir a vitória, a retirada do pacote.

Correspondente

RJ: servidores contra o pacote de Pezão

Cresce a resistência dos servidores públicos ao pacote do governo Pezão (PMDB). Milhares de servidores tem se manifestado diariamente na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) pela sua derrubada. São 22 medidas que atingem em cheio o povo do estado. Para os servidores, além de taxar os salários, aumentando a alíquota de desconto para a previdência de 11% para 14%, adia os reajustes salariais previstos para 2020, acaba com triênio (adicional por tempo de serviço) e cria um teto para o aumento das despesas com o funcionalismo. Após pressão dos servidores a ALERJ devolveu ao governo o projeto que taxava em 30% o salário dos servidores. Mas, deputados, liderados por Jorge Picciane (PMDB), seguem apoiando e tentando aprovar as medidas. Além do golpe contra o serviço público, as medidas irão precarizar ainda mais a saúde, a educação e a segurança pública. O pacote, entre outras medidas, também aumenta em 15% o valor do transporte público e acaba com o aluguel social.

Com o argumento de que o estado está falido, o governo do golpista PMDB



só não diz o real motivo desse arrocho: a política do PMDB – no governo há 10 anos – que dilapidou a previdência e os recursos públicos com a implantação das Organizações Sociais, com repasse de muito dinheiro público com contratos milionários. Além das isenções fiscais, que aumentaram o lucro das empresas e não trouxeram nenhum benefício para o estado. Segundo dados de uma comissão da própria ALERJ, entre 2007 e 2016 tais isenções retiraram 180 bilhões dos cofres públicos. Além da manutenção do pagamento da dívida

do estado – leia-se mais dinheiro para os banqueiros. O caminho para barrar esse pacote é unificar os servidores e a população. Para isso a CUT RJ e o PT têm uma responsabilidade: ajudar a luta dos servidores e militantes que se mobilizam em todo o estado, reforçando a exigência de retirada de todas as medidas. Essa foi a principal conclusão no debate realizado no Diretório Estadual do PT RJ para discutir a situação do estado.

Pascoalina Souza

Na Bahia, água não vai ser privatizada

Mobilização obriga governador Rui Costa a recuar

Ampla mobilização do SINDAE (Sindicato dos trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente) apoiado por sindicatos e movimentos obrigou governador Rui Costa (PT) a recuar da privatização da Embasa (Empresa Baiana de Água e Saneamento).

Após aderir ao Programa de Parcerias de Investimento do governo Temer, o governador enviou em regime de urgência o Projeto de Lei nº 22.011/2016 criando a Bahiainveste com autorização de integralizar ao seu capital ações da Embasa, o que significava privatização da empresa.

A luta contra privatização vem dos anos 90 quando os governos ACM e César Borges foram derrotados pela luta do SINDAE, CUT, PT e movimentos. Em maio de 2013, no governo Jaques Wagner (PT), com Rui Costa na Casa Civil, foi revogada a Lei que autorizava desestatizar a Embasa.

Agora, o mesmo Rui Costa, tentou ressuscitar a proposta, mas teve que recuar.

A mobilização obrigou-o a retirar autorização que abria capital da Embasa e, também a rever extinção da Cerb (Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento).

A mobilização enquadrou deputados do PT, que se posicionaram contra a privatização. Até o presidente do PT BA, Everaldo Anunciação, participou das negociações que levaram ao recuo do governo.

Rui Costa que se acha vitorioso nas eleições, quando o PT despencou de 91 prefeituras em 2012 para 39 em 2016, tem que se decidir: ou governa com o ajuste de Temer, apoiado pelos “aliados” do PP e PSD, como a PEC 55 ou governa para maioria que o elegeu, na qual diversos setores lutam contra retirada de direitos.

O PT precisa acordar e cobrar do governador que retire adesão ao PPI (Programa de Parceria de Investimento) do governo ilegítimo. Tem que fazer um balanço do desastre dessa política de conciliação e, apoiar-se nas mobilizações, para retomar lutas e defender o partido. Esse é o caminho da “Reconstrução do PT”.

Paulo Riela

Ainda sobre a morte de Fidel Castro

Da revolução de 1959 à situação atual em Cuba

Publicamos trechos do artigo do jornal francês « Informations Opérarias » sobre a morte de Fidel Castro. Remetemos o leitor, sobre o mesmo tema, também à nota publicada em 27 de novembro no site www.otrabalho.org.br.

1º de janeiro de 1959

“O ditador Fulgencio Batista abandona o país. A guerrilha do Movimento revolucionário 26 de julho entra em Havana, ao mesmo tempo que uma greve geral paralisava o país há uma semana. A economia de Cuba estava sob controle do capital dos EUA, em relação com ele 30 mil proprietários detinham 70% das terras agrícolas.

Camponeses exigiam terra, trabalhadores dos serviços públicos, dos bancos, transportes, exigiam a expropriação dos proprietários privados. Rapidamente a plataforma democrática do novo governo assume um conteúdo social. Em 26 de julho de 1959, um milhão de trabalhadores rurais manifestam-se em Havana pela reforma agrária. O governo toma medidas que atingem diretamente os interesses dos proprietários de terra e dos grandes capitalistas dos EUA.

Em 8 de janeiro de 1960, os EUA rompem relações diplomáticas com Cuba. Em 3 de fevereiro, o « democrata » Kennedy decreta o embargo e bloqueio total da ilha. Em abril de 1961, a CIA organiza a invasão da Baía dos Porcos. O governo apela à mobilização popular e centenas de milhares de trabalhadores e estudantes pegam em armas. A invasão é



1959, o Movimento revolucionário 26 de julho entra em Havana - ao centro Fidel Castro

esmagada em poucas horas. É nesse momento que Fidel Castro declara que a revolução é socialista.

A tutela do Kremlin

A revolução cubana rompeu com a lógica da ‘coexistência pacífica’, isto é, o acordo contrarrevolucionário entre o imperialismo dos EUA e a burocracia da União Soviética (URSS). O aparelho do Kremlin (sede do governo em Moscou, NDT), com a ajuda de sua agência local, o Partido socialista popular (PSP), que no início se opunha a insurreição contra Batista, age para colocar o governo cubano sob seu controle e para fazer dele uma peça no jogo de suas relações com o imperialismo.

Em 1962, Khrushchov instala mísseis em Cuba, colocando o governo Castro diante de um fato consumado. Não sem contradições, a burocracia stalinista consegue utilizar Cuba no quadro de seus acordos com os EUA.

Em 1965, a criação do Partido co-

munista cubano (PCC) forçada pelo Kremlin, leva Che Guevara a boicotar o congresso e renunciar a suas responsabilidades no governo cubano. Ele tenta estender a revolução em particular na América Latina, após ter participado da guerrilha no Congo. Em 1966, Che tenta formar um exército guerrilheiro na Bolívia, por fora do movimento real das massas. Seu grupo armado é isolado e, em 8 de outubro de 1967, ele cai diante das balas do exército boliviano, treinado pela CIA.

A política externa do governo Castro segue as diretrizes do Kremlin e, no plano interno, a planificação burocrática o torna dependente da ajuda de Moscou.

A situação atual

A queda da URSS em 1991 provoca enorme crise em Cuba, situação parcialmente melhorada com a ajuda dada, a partir de 1998, pelo governo Chávez da Venezuela, que fornece

petróleo pela metade do preço. A crise que atravessa a Venezuela hoje, coloca o governo cubano de novo na encruzilhada.

No 16º congresso do PCC, abril de 2011, o governo Raul Castro faz adotar um plano de « liberalização » da economia, com a criação de negócios privados e a promoção de empreendedores individuais. Mas hoje, apenas 11% da população ativa se encontra fora da economia nacionalizada.

Em dezembro de 2014, Raul inicia contatos com os EUA. O governo Obama restabelece as relações diplomáticas com Cuba em 20 de março de 2016, mas sem levantar o embargo. O governo cubano passa a jogar um papel não desprezível em operações que o governo dos EUA desenvolve, como as negociações entre as FARC e o governo Santos da Colômbia, a abertura de negociações entre a oposição e Maduro na Venezuela ou a ajuda humanitária ao Haiti, sem questionar a ocupação militar da Minustah.

A revolução que Fidel Castro dirigiu trouxe conquistas indiscutíveis e é uma referência para os trabalhadores das Américas e mais além. A saúde e educação gratuitas e universais, a expropriação do grande capital, a reforma agrária, são inquestionáveis e ainda existem.

O regime atual, com sua política de ‘abertura econômica’, não é uma ajuda à manutenção dessas conquistas. Ao contrário, Cuba está numa encruzilhada.”

Andreu Camps

Referendo na Itália pode agravar crise

Para principal entidade patronal, “clima de incerteza que reina no país é um fardo”

Às vésperas do referendo constitucional de 4 de dezembro na Itália, multiplicam-se os comentários sobre o desafio desse escrutínio, não só no país, mas em escala europeia. Aumenta também a inquietação.

“Uma vitória do ‘sim’ poderá reforçar a coalizão atual em seu ambicioso programa de reformas. Mas a vitória do ‘não’ poderá abrir um período de incerteza sobre a estabilidade política dessa coalizão”, escreve o responsável do instituto financeiro JP Morgan. Em meados de novembro, na última pesquisa autorizada antes da votação, o “não” ultrapassava o “sim” em pelo menos cinco pontos percentuais.

O primeiro-ministro Matteo Renzi joga todas as suas forças para evitar a derrota anunciada. Ele está isolado no país depois da humilhante derro-

ta nas eleições municipais, isolado em sua base parlamentar, em que uma ala do Partido Democrático (de Renzi) faz campanha em favor do “não”. E isolado apesar do apoio de Obama, que saudou as reformas italianas quando da visita de Renzi à Casa Branca.

Mas se há alguém com quem o chefe do governo italiano pode contar é o presidente da Confindustria (principal organização do patronato), que justifica o voto unânime do conselho geral da sua organização a favor da reforma constitucional: “É normal, nós somos um corpo intermediário que quer contribuir para mudar o país, para dar mais competitividade às empresas. Para isso é preciso estabilidade. As empresas devem poder contar com um quadro institucional simples e seguro”.

Depois da reforma trabalhista, verdadeiro presente de Renzi ao patronato, a Confindustria quer ainda mais! A mudança constitucional, que visa a permitir uma aceleração das reformas, é um instrumento para isso. Mas, para a Confindustria, “o clima de incerteza que reina no país é um fardo”.

Posição da CGIL

No contexto internacional, o mundo das finanças também olha com grande inquietação o resultado desse escrutínio. O “Financial Times”, principal jornal econômico britânico, vê um cenário apocalíptico: “Em 5 de dezembro, a Europa poderá acordar com uma ameaça de desintegração imediata”.

A crise – política, econômica e bancária – na terceira economia eu-

ropeia ameaça contaminar o restante da zona do euro, desintegrando um pouco mais a União Europeia.

Para os trabalhadores, jovens e aposentados italianos, o referendo constitucional se transformou em um voto a favor ou contra o governo Renzi. As mobilizações se multiplicam: greve nacional nos transportes públicos, greve dos ônibus e do metrô em Roma e nos Correios e Comunicações, greve de todos os servidores e médicos do setor da saúde, mobilização dos professores.

A posição da principal central sindical italiana, a CGIL, pelo voto “não” no referendo, é um ponto de apoio incontestável que acentua ainda mais a crise política no país.

Correspondente

Venezuela: termina um ano muito difícil

Mas o governo Maduro não foi derrubado e há resistência do povo trabalhador

A eventualidade de um golpe de Estado que derrubasse o governo de Nicolás Maduro na Venezuela esteve muito presente no período transcorrido entre dezembro de 2015 e agosto de 2016.

Como se recorda, em 6 de dezembro de 2015 o chavismo sofreu uma grande derrota eleitoral nas eleições para a Assembleia Nacional, que passou a ter uma maioria de 2/3 da opositora Mesa de Unidade Democrática (MUD).

Desde então agudizaram-se os efeitos da “guerra econômica” promovida pela burguesia local associada ao imperialismo, que se combinaram com o agravamento da queda dos preços do petróleo (que chegaram ao piso de 22 dólares o barril), a redução do ingresso proveniente das exportações (que chegou a zero) e uma persistente seca que afetou o aprovisionamento de energia elétrica e produtos agrícolas.

O cenário se completava com o desabastecimento, hiperinflação, contrabando, presença de paramilitares, ONGs conspirativas e provocações.

No plano político, a MUD fazia campanha pelo referendo revogatório do mandato de Maduro, utilizando-se também da carta de um julgamento político do presidente pela Assembleia Nacional, inspirando-se no golpe do “impeachment” do Congresso do Brasil contra a presidente Dilma Rousseff.

Como pano de fundo dessa situação crítica estava a reiterada ofensiva do imperialismo norte-americano que persegue o objetivo de recuperar o controle da principal reserva petrolífera do continente.

Diferentemente de outros governos denominados “progressistas”, o chavismo havia confrontado abertamente os Estados Unidos, se chocando com os interesses da burguesia rentista apoiando-se na mobilização do povo trabalhador, o que o converteu, para o imperialismo, numa prioridade de governo a ser derrubado.

Ao iniciar-se o mês de maio, essa



Resistência do povo trabalhador impede o golpe

crise atingia seu ponto mais alto e a possibilidade do governo ser derrubado converteu-se em algo real e imediato. As pesquisas assinalavam que apenas 20% da população apoiava o presidente Maduro.

Maduro resistiu e seu governo não caiu

O 1º de maio de 2015, de forma até emblemática, deu início a uma contraofensiva do chavismo, com o anúncio pelo governo de aumentos nos salários e de medidas para enfrentar a “guerra econômica”.

O povo trabalhador, que é a base social do chavismo, e mesmo os setores populares que são críticos a Maduro mas não se identificam com a oposição (ainda que possam nela votar, como “castigo” ao governo) decidiram não entrar na onda de incitação permanente à explosão social e saques que era animada fervorosamente pela direita e os meios de comunicação que ela dispõe (jornais e TVs privadas).

Uma parte importante do chavismo continuou mobilizando-se permanentemente, as organizações de base não implodiram. Conselhos comunais e unidades básicas do PSUV (partido criado por Hugo Chávez), setores sociais e organizações sindicais dos trabalhadores não se paralisaram diante da crise.

Nessa situação, foi chave o presi-

dente Maduro ter anunciado medidas como a constituição de Comitês locais de abastecimento e produção solidária (CLAPS) e a criação da Misão de abastecimento soberano, que foram acompanhadas por aumentos de salários e vale alimentação, assinatura de convenções coletivas e outorga de novas pensões aos aposentados pelo governo.

Um setor da cúpula do chavismo já começava a planejar uma retirada, promovendo a aproximação com a oposição e a burguesia local que, segundo seus cálculos, ao obterem concessões importantes, poderiam diminuir a pressão e até passar a integrar o governo. Atitude derrotista que foi compartilhada por distintos personagens instalados em diversos níveis do poder (governadores de Estados, prefeitos, altos funcionários).

O presidente Maduro resistiu a

renunciar a seu cargo e seguiu defendendo a orientação social que havia adotado, num momento em que estava sendo submergido pela “guerra econômica” e submetido a fortes pressões internas para fraquejar diante da burguesia.

Na Venezuela está terminando um ano muito difícil, no qual houve possibilidades efetivas de que o governo fosse derrubado da pior forma possível e em que houve pressões muito fortes para que o presidente Maduro renunciasse. Nem uma, nem outra coisa ocorreram, fundamentalmente pela resistência do povo trabalhador chavista que, pouco a pouco, foi retirando terreno dos pés daqueles que queriam encurtar o mandato do atual governo.

Ao mesmo tempo, abre-se um panorama com indicadores macroeconômicos e geopolíticos – neste caso, a crise do imperialismo aprofundada com a eleição de Trump nos EUA – mais favoráveis para a continuidade do governo Maduro.

Assim, o mais provável é que se torne mais difícil um golpe de Estado em 2017, o que levará para o terreno eleitoral o conflito entre o chavismo e a oposição pró-imperialista, conflito que será determinado, em última análise, pelo combate de resistência dos trabalhadores e setores oprimidos da nação venezuelana.

Alberto Salcedo, de Maracaibo



Caracas, setembro de 2016, Maduro em manifestação contra o golpe

MERCOSUL QUER SUSPENDER VENEZUELA

Os governos dos quatro países fundadores do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – vão mandar em 1º de dezembro uma notificação ao governo da Venezuela perguntando se o país foi capaz de incorporar todos os acordos e normas do bloco. Eles já sabem que a resposta será negativa e só buscam o pretexto para suspender o país governado por Maduro, alinhando-se com as pressões que faz o imperialismo dos EUA para isolá-lo.

A “suspensão” não existe nos tratados do Mercosul, o que vai ocorrer é a perda temporária do direito da Venezuela de participar das decisões. O presidente do Uruguai, Tabaré Vazquez (da Frente Ampla) teria cogitado manter o direito a voz dos venezuelanos, mas a “área técnica” do bloco afastou essa hipótese.

Lembremos que a Venezuela foi incorporada ao Mercosul em junho de 2012 por decisão dos governos Dilma (Brasil), Cristina Kirchner (Argentina) e Mujica (Uruguai), que haviam suspenso o Paraguai em função do golpe “branco” que derrubou o presidente Lugo. Agora os sinais se invertem.

Assine O TRABALHO ★

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 – CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 – e-mail: otjornal@uol.com.br